

Professores dispostos a parar

Éderson Marques

O início do ano letivo nas escolas públicas do Distrito Federal, previsto para o dia 12 de fevereiro, está comprometido. Os professores iniciaram ontem um movimento que deve levar a categoria à greve, a partir do dia 5 do mês que vem, quando retornam ao trabalho. A paralisação nas atividades escolares só será evitada se o governo pagar os R\$ 35 milhões referentes às férias coletivas, que começaram em 5 de janeiro.

Pela legislação, o pagamento deve ser feito 48 horas antes do início das férias. Ou seja, o governo deveria ter depositado o benefício no dia 3 de janeiro. Ontem, o governador José Roberto Arruda propôs à categoria o parcelamento do débito. A proposta foi oferecida após decisão da Justiça que determinou o pagamento no prazo de 48 horas, a contar da notificação.

O Sindicato dos Professores do DF (Sinpro) considerou a proposta uma ofensa aos direitos dos trabalhadores. Ontem, após reunião com o procurador-geral do DF, Túlio Arantes, e a secretária de Educação, Maria Helena Guima-



A secretária Maria Helena não quis comentar a crise

rães, diretores do Sinpro se mostraram revoltados com o tratamento oferecido pelo governo de Arruda.

— Não podemos aceitar isso. Nem nos governos anteriores o pagamento das férias atrasou tanto. As movimentações para

o início de uma greve começam hoje — afirmou a diretora do Sinpro, Rosemeire Rodrigues.

Horas antes do encontro na Procuradoria-Geral do DF, Arruda afirmou que a educação continua sendo prioridade

em seu governo. No Tribunal de Justiça do DF, após assinatura de convênio para a implantação do Sistema Processo Digital da Justiça, o governador reforçou o comprometimento com a categoria.

— A educação é a nossa prioridade e nós temos de respeitar os professores. Vamos depositar hoje (ontem) um terço do valor devido e solicitaremos à autoridade judiciária um prazo maior para o pagamento

Sindicato dos Professores considerou a proposta do GDF uma ofensa à categoria

dos outros dois terços — disse Arruda, que estuda uma saída para o impasse.

Os professores escutaram a proposta no gabinete do procurador-geral Túlio Arantes. Ao lado do advogado do Sinpro, Júlio César Borges de Resende, quatro diretores conversaram com Arantes e Maria Helena. O encontro durou pouco mais de dez minutos. Ao final, a promessa de greve já no dia 5 de fevereiro.

— A categoria sai preocupada com a postura do governo. Queremos saber onde foram parar os R\$ 500 milhões do Fundo Constitucional repassados pela União no dia 2 de janeiro — questionou Washington Dourado, também diretor do Sinpro.

Os professores desconfiam de desvio nos recursos do fundo, que deve ser utilizado para o custeio das áreas de educação, saúde e segurança pública. Em entrevista ontem a uma rede de televisão, Maria Helena afirmou que parte do dinheiro do Fundo Constitucional foi utilizado no pagamento de dívidas herdadas do governo anterior.

Após o encontro, a secretária saiu pelo elevador privativo sem conversar com a imprensa. Por meio de sua assessoria, Túlio Arantes informou que o governo estudará as medidas que serão adotadas para tentar resolver o problema.

Sexta-feira, os professores prometem fazer um grande ato em frente ao Centro Administrativo Provisório, em Taguatinga. A idéia é chamar a atenção das autoridades, dos pais e alunos e discutir uma saída para que o início das aulas não seja adiado.

ARQUIVO JB